

## **XII MANDATO**

### **ATA**

(Ata da Reunião n.º 85/2021)

### **Reunião ordinária pública de 25 de janeiro de 2021**

Ao vigésimo quinto dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, pelas onze horas, realizou-se, por videoconferência, em cumprimento do artigo 3.º n.º 1 da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação que lhe foi conferida pela Lei 1-A/2021, de 13 de janeiro, a reunião ordinária do executivo camarário, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (Coligação Juntos por Braga), com a presença do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), da Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), da Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e da Sra. Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU), em substituição do Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU), na sequência de comunicação dirigida pelo próprio ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, no passado dia 4 de janeiro de 2021, nos termos do artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada ----- Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas 11:10, confirmada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. Para conhecimento foi presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 19 de janeiro -----

### **ORDEM DO DIA**

### **DELIBERAÇÕES-----**

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALZADA EM 11 DE JANEIRO DE 2021 NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 23 de outubro de dois mil e dezassete - **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE PELOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 2021.** .....

**PROCESSO DISCIPLINAR**

**DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA COM 7 VOTOS A FAVOR, 3 VOTOS CONTRA E 1 ABSTENÇÃO.** .....

**PROCESSO DISCIPLINAR**

**DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM 7 VOTOS A FAVOR, 3 VOTOS CONTRA E 1 ABSTENÇÃO.** .....

**PROCESSO DISCIPLINAR**



**DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM 7 VOTOS A FAVOR, 3 VOTOS CONTRA E 1 ABSTENÇÃO. -----**

**PROCESSO DISCIPLINAR**

**DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM 7 VOTOS A FAVOR, 3 VOTOS CONTRA E 1 ABSTENÇÃO. -----**

**EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO" – CONCURSO PÚBLICO CPE.27.20.DMOSM:** «Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, o despacho do Sr. Presidente de 11 de janeiro de 2021, da proposta de empreitada em epígrafe, relativa a decisão sobre erros e omissões do caderno de encargos, alteração do mapa de quantidades e prorrogação do prazo para apresentação das propostas, de acordo com o disposto no n.º 1 e 4 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, e consequente publicação do Aviso de Prorrogação do prazo em Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do mesmo Código. Tem informação circunstanciada da DMOSM.» **DELIBERADO RATIFICAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA); ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS), A SR.ª**



VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). -----

**EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA”**  
**CONCURSO PÚBLICO: CONCURSO PÚBLICO: CPE.22.20.DMOSM:** «Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, o despacho do Sr. Presidente de 14 de janeiro de 2021, da proposta de empreitada em epígrafe, relativa a esclarecimentos; decisão sobre erros e omissões do caderno de encargos; alteração do mapa de quantidades; inclusão de novas peças do procedimento; prorrogação do prazo para apresentação das propostas, de acordo com o disposto no n.º 1 e 4 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, e consequente publicação do Aviso de Prorrogação do prazo em Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do mesmo Código. Tem informação circunstanciada da DMOSM.» **DELIBERADO RATIFICAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA); ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS), A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU).** -----

**CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE “CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA”: CONCURSO PÚBLICO: CPE.17.20.DMOSM:** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa ao relatório final da fase de qualificação da empreitada em epígrafe.» **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA); ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA**



(PS), A SR.<sup>a</sup> VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU).-----

**CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:** «Submetem-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no artigo 25º, alínea k) e do artigo 33º, nº 1, alínea m) do Regime Jurídico das Autarquias Locais: - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA, para a execução da obra denominada "Alargamento e requalificação da Rua da Calçada da Pessa - aditamento" no valor de 13.742,57 €. - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (S. VICENTE E STº. ESTEVÃO), para a execução da obra denominada "Calçada da Bouça – Alargamento e Pavimentação – Escudeiros (Trabalhos Complementares)", no valor de 15.888,26 €. - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA LUCRÉCIA E NAVARRA, para a execução da obra denominada "Pavimentação da Travessa Dr. Domingos Soares - Navarra", no valor de 19.886,66 €; - FREGUESIA DE MIRE DE TIBÃES, para a execução da obra denominada "Pavimentação da Rua de Penelas", no valor de 7.877,96 €; - FREGUESIA DE PEDRALVA, para a execução da obra denominada "Desmoronamento de muro – Rua da Cruz - Pedralva", no valor de 2.724,20 €; - FREGUESIA DE SEQUEIRA, para a execução da obra denominada "Execução do muro de suporte da Rua da Boavista", no valor de 61.281,14 €; - FREGUESIA DE ADAÚFE, para a execução da obra denominada "Pequenas obras executadas, pavimentações, em 6 ruas/lugares de Adaúfe", no valor de 30.394,80 €; - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO, para a execução da obra denominada "Espaço do Cidadão – Remodelação Interior do Edifício da Junta de Celeirós – Espaço do Cidadão", no valor de 64.453,50 €; - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS, para a execução da obra denominada "Parque de lazer da Mouta – Lomar (trabalhos complementares) - aditamento, no valor de 7.449,08 €; - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELOS, para a execução da obra denominada "Drenagem de águas residuais e pluviais, coletor – Av. do Ciclo - Fradelos, no valor de 2.913,73 €; - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM S. PEDRO E FROSSOS, para a execução da obra denominada "Alargamento da rua de Sobremoure – Merelim S. Pedro (Aditamento)", no valor de 11.580,37 €;» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

**ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIA:** «Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de apoio financeiro: - Freguesia de Adaúfe, no valor de 6.200,00 €, destinado a apoiar "Aquisição e instalação de 2 abrigos de passageiros de transporte público", nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das



Autarquias Locais; - Freguesia de Ruilhe, no valor de 69.502,27 €, destinado a apoiar “Obra da Zona envolvente da Casa Mortuária de Ruilhe”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; - Freguesia de Gualtar, no valor de 9.201,61 €, destinado a apoiar “Espaço de Cidadão e do Posto dos CTT”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; - União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 3.100,00 €, destinado a apoiar “Aquisição e instalação de abrigo de passageiros de transportes públicos”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; - União das Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Vicente e Stº. Estevão), no valor de 737,20 €, destinado a apoiar “Honorários da prestação de serviços do projeto da Requalificação da Rua do Caminho da Bouça”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; - União das Freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 28.409,59 €, destinado a apoiar “Requalificação do Polidesportivo de Crespos”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; - União das Freguesias de Escudeiros Penso (S. Vicente e Stº. Estêvão), no valor de 2.400,00 €, destinado a apoiar “Honorários da prestação de serviços do projeto da Requalificação da Ruas de Soutelo”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; - União das Freguesias de Este (S. Mamede e S. Pedro), no valor de 10.441,00 €, destinado a apoiar “Requalificação da sede da junta de Este S. Mamede, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; - União das Freguesias de Nogueiró e Tenões, no valor de 28.754,94 €, destinado a apoiar “Obra de Ampliação do Centro Cívico-Bar”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; - União das Freguesias de Sta. Lucrecia de Algeriz e Navarra, no valor de 6.200,00€, destinado a apoiar “Aquisição e instalação de abrigo de passageiros de transportes públicos”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; - Freguesia de Priscos, no valor de 3.100,00€, destinado a apoiar “Aquisição e instalação de abrigo para passageiros dos transportes públicos na Avª. Padre Manuel Joaquim Rebelo”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais.» **DELIBERADO**

**APROVAR, POR MAIORIA SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO**





(PS), DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E VOTO CONTRA DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU) OS APOIOS A ATRIBUIR À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESCUDEIROS PENSO (S. VICENTE E STº. ESTÊVÃO), UM NO VALOR DE 737,20 €, DESTINADO A APOIAR “HONORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO PROJETO DA REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO CAMINHO DA BOUÇA” E OUTRO, NO VALOR DE 2.400,00 €, DESTINADO A APOIAR “HONORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO PROJETO DA REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE SOUTELO”. AS RESTANTES PROPOSTAS DE APOIOS FINANCEIROS FORAM APROVADAS POR UNANIMIDADE SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, ANEXA AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:** «Da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Sameiro Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta de alteração à tabela de preços e outras receitas municipais, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: - O regime jurídico das autarquias locais encontra-se estatuído na Lei nº75/2013 de 12 de setembro;- A saúde, os tempos livres e o desporto constituem atribuições das autarquias locais, estando elencados nas alíneas f) e g) do nº2 do artigo 23º da referida Lei; - As autarquias locais possuem competências para “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças (alínea u) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013); - O Município de Braga suporta um custo pelos serviços em causa, pelos quais deve fixar um preço, que não deve ser inferior ao custo, nos termos do disposto no nº1 do artigo 21º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais); - No âmbito das suas atribuições e competências (alíneas f) e g) do nº2 do artigo 23º da Lei nº75/2013 e alínea u) do nº1 do artigo 33º da lei nº75/2013), o Município de Braga disponibiliza também equipamentos para a prática do desporto, que acarretam igualmente custos para o erário público municipal, tais como piscinas, campo de basquetebol, etc., estando por isso igualmente obrigado a cobrar preços pela sua utilização por parte dos munícipes. A presente alteração, substancia-se nos seguintes aspetos: a) O estado de pandemia e as diversas orientações promovidas pela Direção Geral de Saúde (DGS) no âmbito desportivo e de higienização de espaços públicos, implicam alterações significativas ao normal funcionamento das instalações desportivas e programas desportivos municipais que nelas decorrem, nomeadamente pela redução do tempo de aula, assim como pela diminuição da periodicidade semanal dos vários programas desportivos; b) O novo sistema de gestão de acessos ao Complexo Desportivo da Rodovia, de âmbito informatizado, possui implicação direta na emissão de cartões de



acesso junto dos utentes desta instalação desportiva; c) A tabela prévia menciona horário noturno e horário diurno para diferentes tipos de preços praticados. A dificuldade em definir de forma rigorosa qual a tipologia de preço a praticar ao longo das várias estações do ano, promove uma alteração da designação a aplicar, nomeadamente a utilização com ou sem recurso a iluminação artificial; d) Face à dificuldade em definir valores arredondados mediante a aplicação de 50% de desconto, de acordo com o estabelecido na atual tabela de preços em vigor, assim como pela necessidade de fomentar políticas de incentivo à prática de exercício físico pós-pandemia, efetua-se um acerto total na presente tabela, regredindo os preços aplicados para os estabelecidos em 2019; e) Em virtude da presença de pontos dispersos ao longo do artigo 8.º da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais em vigor, relacionados com o funcionamento das várias instalações desportivas municipais, efetua-se também nesta proposta de alteração à referida tabela uma reorganização dos vários pontos adjacentes ao funcionamento de instalações e programas desportivos municipais. Assim, competindo ao Órgão Executivo a fixação de preços ao público pelos serviços municipais (alínea e) do nº1 do artigo 33º da lei nº75/2013 de 12 de setembro), propõe-se a aprovação das alterações à Tabela de Preços e Outra Receitas Municipais.» **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS).** -----

**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DE ESTE – PARQUE INDUSTRIAL DE SOBREPOSTA:** «Do Sr. Vereador Miguel Bandeira, com as áreas de responsabilidade do Planeamento Ordenamento e Mobilidade, submetendo à consideração do Executivo Municipal a proposta de aprovação da delimitação da unidade de execução de Este – Parque Industrial de Sobreposta, nos termos do nº 2, do artigo 147º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na sua redação atualizada, conforme informações prestadas pelos serviços técnicos em anexo.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR.**



**VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS), A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU).** -----

**ALARGAMENTO DO PRAZO PARA ENTREGA DE TRABALHOS NO ÂMBITO DO PROJETO – “FORA DA CAIXA – CONCURSO DE BANDA DESENHADA DE BRAGA”:** Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a proposta da Sr.ª Vereadora Lídia Dias, com a área da responsabilidade da Cultura, de alargamento do prazo para apresentação dos trabalhos do projeto referido em epígrafe, até ao dia 17 de fevereiro de 2021, consubstanciando assim uma alteração às normas concursais aprovadas pelo executivo municipal a 30 de novembro de 2020, designadamente ao ponto 8.2, que previa o dia 30 de dezembro de 2020 como prazo limite para efetuar as candidaturas.» A Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU) pediu a palavra para referir que, depois de ser apresentada aos Srs. Vereadores esta proposta, as escolas voltaram a encerrar, por força da pandemia, pelo que sugeriu que o prazo fosse prorrogado para abril, uma vez que as escolas são as entidades mais participativas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O PRAZO FOI PRORROGADO ATÉ AO FINAL DO MÊS DE ABRIL, POR PROPOSTA DA VEREADORA BÁRBARA BARROS E COM A CONCORDÂNCIA DOS DEMAIS MEMBROS DO EXECUTIVO.** -----

**PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA DOMUS DA ESCOLA VELHA DA SÉ, COMO BEM CULTURAL DE INTERESSE MUNICIPAL, SITUADA NA RUA DOM AFONSO HENRIQUES, DA FREGUESIA DA SÉ – ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO:** «Do Sr. Vereador Miguel Bandeira, com as áreas de responsabilidade do Planeamento, Ordenamento e Mobilidade, submetendo à consideração do Executivo Municipal a proposta de Classificação da Escola Velha da Sé, como Bem Cultural de Interesse Municipal, situada na Rua Dom Afonso Henriques, da freguesia da Sé – Abertura do procedimento de classificação – nos termos do n.º 1, do artigo 94.º da Lei de Bases do Património Cultural, aprovada pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, conforme proposta anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA:** «Do Sr. Vereador Miguel Bandeira, com as



áreas de responsabilidade do Planeamento, Ordenamento e Mobilidade, submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta de prorrogação de conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, por 24 meses a contar de 9 de janeiro, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta anexa.» **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DO SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), DA SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E DA SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS). ABSTEVE-SE A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU).** -----

**PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO NO ÂMBITO DO PRÉMIO “INL IDEA AWARDS”:** «Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, ao abrigo das atribuições constantes das alíneas m) e e) do nº 2, do artigo 23º e das competências conferidas pelo artigo 33º, nº 1, alíneas o) e u), de apoio a atividades e projetos de interesse municipal, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, a atribuição do apoio ao INL no valor de 2.500€, dedicado à iniciativa “INL Idea Award” que premiará os projetos, nos termos da proposta que se anexa- O Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL) é um centro de investigação hispano-luso sediado em Braga que tem como missão o desenvolvimento de uma investigação interdisciplinar em nanotecnologia que vise a implementação de soluções que respondam aos desafios da sociedade. Atualmente com mais de 400 cientistas e engenheiros de todo o mundo (conta com pessoas de 41 nacionalidades) trabalham todos os dias, num ambiente altamente interdisciplinar, com o objetivo de transformar este laboratório num polo reconhecido internacional, dedicado à nanotecnologia.- É importante estabelecer uma estreita cooperação entre o Município e as diversas instituições da cidade tendo como objetivo potenciar o desenvolvimento inovador, tecnológico, empreendedor e científico na cidade;- O INL reconhece a relevância de ideias diferenciadoras que possam impulsionar o desenvolvimento de soluções inovações e potencialmente transformadoras da indústria e que possam contribuir para importantes descobertas de mercado. - A iniciativa “Founding Partner” tem como objetivo envolver parceiros públicos e privados na atribuição de um prémio às melhores ideias “INL Idea Awards”, cujo objetivo visa a promoção e desenvolvimento do espírito empreendedor e inovador. Foi lançada em 2020 como uma iniciativa que reconhece a importância da geração e do



desenvolvimento de ideias que impulsionam o desenvolvimento de novos projetos e que possam ser potencialmente agentes transformadores do mercado. Outra das iniciativas promovidas pelo INL no âmbito do "Founding Partner" é o Prémio Anual de Pesquisa Industrial do INL (INL Annual Industry Research Project Award) que premeia os projetos de pesquisa mais relevantes na área industrial. O prémio será anual e estará aberto para todos os pesquisadores do INL que estão envolvidos em projetos de pesquisa e investigação com relevância na sociedade/mercado. - Um dos eixos estratégicos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico de Braga 2014-2026 tem como objetivo o desenvolvimento de um ecossistema de inovação e de empreendedorismo, permitindo que Braga seja, cada vez mais, reconhecida a nível internacional pela capacidade empreendedora e de inovação, motores do seu ecossistema económico. O pagamento será efetuado mediante apresentação, por parte da entidade, de relatório do "júri" com as ideias vencedoras nos termos do Regulamento do Prémio "INL Idea Award, que se anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROPOSTA RELATIVA AO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DO ÓRGÃO EXECUTIVO – AUTARQUIAS LOCAIS – REALIZAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA:** «Por deliberações de 6 de abril de 2020 e 04 de maio de 2020, a Câmara Municipal aprovou um conjunto de normas de funcionamento das reuniões de Câmara, até 30 de junho de 2020, considerando as medidas excecionais implementadas no Município com o objetivo de acompanhar o esforço nacional de combate ao surto epidémico provocado pelo novo coronavírus SARS-CoV -2 e da doença COVID-19, nos termos da Lei n.º 1 -A/2020, de 19 de março. Posteriormente, o referido diploma legal veio a ser alterado pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, tendo sido previsto que, até 31 de dezembro de 2020, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais podiam ser realizadas por videoconferência ou outros meios de comunicação digital ou à distância adequados, bem como através de modalidades mistas que combinem o formato presencial com meios de comunicação à distância. Neste enquadramento, e considerando que a situação pandémica se revelava muito volúvel e que a sua evolução no médio prazo era manifestamente imprevisível, afigurando-se desadequado aprovar um formato único para as reuniões de Câmara a decorrer até 31 de dezembro de 2020, por deliberação de 21 de setembro de 2020 foi aprovado que, verificadas as circunstâncias que o aconselhem, as reuniões ordinárias da Câmara Municipal, por norma presenciais, seriam realizadas através de videoconferência, sendo da competência do Presidente da Câmara comunicar aos membros do Órgão Executivo, com a devida antecedência, o formato adotado para a reunião seguinte. Como aquela deliberação só tinha enquadramento legal até 31 de dezembro de 2020 e a situação pandémica já prenunciava o agravamento substancial que se seguiu à época festiva, a reunião ordinária da Câmara Municipal, ocorrida em 11 de janeiro de 2021, foi realizada por videoconferência, nos



termos nos termos artigo 24º-A do Código do Procedimento Administrativo, na redação dada pela Lei nº 72/2020, de 16 de novembro. Posteriormente, em 13 de janeiro de 2021, foi publicada a Lei n.º 1-A/2021, que veio alargar até 30 de junho de 2021 o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais, alterando a mencionada Lei n.º 1 -A/2020, passando o seu art.º 3º a ter a seguinte redação: “1 — Até dia 30 de junho de 2021, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das respetivas conferências de representantes, comissões e grupos de trabalho podem ser realizadas por videoconferência ou outros meios de comunicação digital ou à distância adequados, bem como através de modalidades mistas que combinem o formato presencial com meios de comunicação à distância.” Nesta conformidade, proponho I) Que, até 30 de junho de 2021, verificadas as circunstâncias que o aconselhem, as reuniões ordinárias da Câmara Municipal, por norma presenciais, sejam realizadas através de videoconferência, sendo da competência do Presidente da Câmara comunicar aos membros do Órgão Executivo, com a devida antecedência, o formato adotado para a reunião seguinte. -Caso seja necessário proceder a deliberações por voto secreto, deve ser convocada sessão presencial, a realizar em data o mais próximo possível da data da reunião em que teve lugar a discussão da matéria, em local adequado e com fixação de um período de abertura das urnas suficiente para assegurar o respeito pelas regras de distanciamento social e demais orientações da DGS em vigor. - O acesso do público às reuniões presenciais pode ser limitado, total ou parcialmente, de modo a assegurar o respeito pelas regras de distanciamento social e demais orientações da DGS em vigor; - No caso das reuniões por videoconferência, deverá ser assegurada a sua publicidade através dos meios referidos nos diplomas legais citados, bem como salvaguardadas as formas de participação do público ali previstas. Mais proponho II. Que o Executivo Municipal delibere que todos os interessados em participar nas reuniões de Câmara, por videoconferência, se possam inscrever através do correio eletrónico com o seguinte endereço: [gab.presidencia@cm-braga.pt](mailto:gab.presidencia@cm-braga.pt) (onde deverá constar a identificação/nome, o assunto da intervenção e o endereço eletrónico para o qual será dirigido o convite para participar na reunião). -Nas reuniões a realizar por videoconferência, o número de inscrições é limitado ao máximo 10 (dez) e com tempo máximo de intervenção de 3 (três) minutos, por forma a assegurar as condições tecnológicas que permitam conduzir os trabalhos o mais eficiente possível, garantindo a dignidade do ato. -De modo a permitir a organização da participação na reunião de Câmara, devem os interessados inscrever-se com 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da respetiva reunião.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** .....

**PROJETO EUROPEU RED MAY “REDE COMUNITÁRIA DE APOIO E MANUTENÇÃO PARA IDOSOS EM ÁREAS RURAIS ATRAVÉS DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO” – REGRAS PARA SELEÇÃO DE**





*(Handwritten signature)*

**PROJETOS:** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de aprovação das regras para a execução da ação 2.2 "experiências piloto em áreas de habitabilidade e adaptação de estruturas e serviços", inserida na atividade 2: criação de ambientes amigáveis, do projeto red may – rede de apoio e manutenção comunitária de idosos no ambiente rural por meio de tecnologia e inovação ", no âmbito do Programa Operacional "EP - INTERREG VA Espanha - Portugal (POCTEP) 2014-2020", nos termos dos documentos que se anexam.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROPOSTA DE CORREÇÃO MATERIAL DA 2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL:**

«Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta que se anexa, de correção material da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, alínea b) do n.º 1 do artigo 122.º, "Correções de erros materiais ou omissões, patentes e manifestos, na representação cartográfica ou no regulamento". Assim, pelos fundamentos nela enunciados, propõe-se que a Câmara Municipal, na qualidade da entidade que elabora o plano municipal, conforme previsto no artigo 76.º do RJIGT, delibere: a. Aprovar as correções materiais que incidem sobre as cartas 56.3 e 70.1 da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo do PDM15; b. Comunicar à Assembleia Municipal o conteúdo do presente procedimento de correção material, solicitando à mesma que a sua deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.os 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; c. Dar conhecimento à CCDRN das deliberações da Reunião de Câmara e da Assembleia Municipal; d. Que a correção material seja publicada na 2ª Série do Diário da República e remetida para depósito na Direção-Geral do Território, através do sistema de submissão automático dos instrumentos de gestão territorial (SSAIGT).» **A PROPOSTA FOI VOTADA EM SEPARADO, DA SEGUINTE FORMA: ----**

Relativamente ao prédio que acolhe a Junta de Freguesia de Panoias: **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS).** -----



- Relativamente ao prédio referente à antiga sede da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga: DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.<sup>a</sup> VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.<sup>a</sup> VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS); VOTOU CONTRA A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). -----

- Relativamente ao prédio referente à central de camionagem e seu contíguo: DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.<sup>a</sup> VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.<sup>a</sup> VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS); VOTOU CONTRA A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). -----

- Relativamente ao prédio que acolhe a Cruz Vermelha Portuguesa: DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA)





**E DA SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS). -----**

**VOTO DE LOUVOR – EQUIPA FUTEBOL FEMININO S.C.B.:** «Da Sr.ª Vereadora Sameiro Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal a atribuição de voto de louvor público à da equipa de Futebol Feminino do S. C. Braga, nos termos da proposta anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**VOTO DE LOUVOR – ATLETA VITÓRIA OLIVEIRA:** «Da Sr.ª Vereadora Sameiro Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal a atribuição de voto de louvor público à atleta Bracarense Vitória Oliveira, nos termos da proposta anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PROPOSTA DE ALARGAMENTO DO PRAZO PARA RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS E ISENÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELO REGIME SIMPLIFICADO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO– PLANO DE AÇÃO COVID 19:** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de isenção das taxas devidas pelas ocupações de espaço público que se enquadrem no Regime Simplificado e das taxas finais que decorram de novas meras comunicações e autorizações, submetidas no Balcão do Empreendedor, que se enquadrem no Regime Simplificado de Ocupação do Espaço Público, para o ano de 2021. Mais se propõe que seja alargado o prazo de pagamento voluntário, de 31 de março de 2021 para 30 de setembro de 2021, das taxas de renovação de licenças de Ocupação do Espaço Público e licenças de Publicidade, não enquadradas no Regime Simplificado, tudo nos termos da proposta que se anexa. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, por meios eletrónicos, no prazo de 48 horas, em cumprimento ao estabelecido no artigo 2.º n.º 3 da Lei 6/2020 de 10 de abril.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PROPOSTA APRESENTADA PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU) TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA (TAFB):** Da CDU, submetendo à consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta, relativa à deslocalização do TAFB: «A notória, e há muito conhecida, falta de condições do edifício do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, nomeadamente a exiguidade das salas de audiência, agudizada neste período de pandemia, agravou de forma preocupante as consequências no funcionamento regular deste tribunal. Obrigado a adiar julgamentos pela falta de condições do espaço existente, com apenas três salas para 18 magistrados e restantes funcionários do tribunal, o TAF passará a realizar, provisoriamente, os julgamentos com mais de três advogados na antiga sala de audiências do Tribunal Judicial de Famalicão. O TAFB aguarda transferência para um espaço já arrendado pelo Ministério da Justiça, através do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça,



no edifício dos Granjinhos, em Braga, que aguarda concurso para projeto das necessárias obras de adaptação. No entanto, face a idêntica falta de condições no espaço do Tribunal de Família e Menores de Braga, este será transferido provisoriamente para o espaço destinado ao TAFB. Face à demora da adaptação do novo espaço para o TAFB e à impossibilidade do seu normal funcionamento nas instalações em Braga, a solução encontrada obrigará os trabalhadores deste tribunal, bem como as populações, a deslocar-se a Vila Nova de Famalicão para os julgamentos que não puderem ter lugar nas atuais instalações. Aguarda-se ainda a solução de ampliação das instalações do Tribunal Judicial de Braga, sito na Praça da Justiça, concretização que conseguiria resolver as necessidades das instalações atuais no concelho, passando a albergar ali o Tribunal do Trabalho e o Tribunal de Família e Menores de Braga. Face à urgência de resolução da situação exposta, que coloca em causa o funcionamento regular das instâncias de justiça no concelho de Braga, a CDU exorta a Câmara Municipal de Braga a: 1- Desenvolver as necessárias diligências junto da administração central, nomeadamente do Ministério da Justiça, para que se acelere a ampliação das instalações do Tribunal Judicial de Braga e a transferência do Tribunal de Família e de Menores para aí; 2- Manifestar total disponibilidade e colaboração ao Ministério da Justiça para que se encontre uma solução temporária, que permita ao TAFB realizar toda a sua atividade em instalações na área do município de Braga; 3- Manifestar total disponibilidade e colaboração ao Ministério da Justiça para que se encontre uma solução temporária diferente para o funcionamento do Tribunal de Família e Menores de Braga, permitindo assim a adaptação do espaço, hoje ocupado por este tribunal, e que está destinado a albergar permanentemente o TAFB.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** .....

**PROPOSTA APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA (PS) DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRANSIÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:** Submete-se à Consideração do Executivo Municipal a Proposta de alteração ao Regulamento de Transição para Vítimas de Violência Doméstica, aprovado em reunião do Executivo realizada em 28 de maio de 2018 e pela Assembleia Municipal em sua sessão de 20 de julho do mesmo ano, apresentada pelo Partido Socialista, que se anexa. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** .....

**VOTO DE PESAR – ANTÓNIO FERNANDES** – Pela Sra. Vereadora da Cultura, Lídia Brás Dias foi presente a seguinte voto de pesar: “A Câmara Municipal de Braga vem, por este meio, apresentar um voto de pesar pelo falecimento de António Fernandes, ocorrido a 14 de janeiro de 2021. Ex-presidente e Presidente Honorário da banda Musical de Cabreiros, Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa, afirmou-se como cidadão exemplar, na dedicação à comunidade em que se inseria e, particularmente, na salvaguarda da única banda do concelho de Braga. Nasceu a 13 de agosto de 1931, na freguesia de



Cabreiros. Oriundo de uma família humilde, desde cedo teve contacto com a Banda Musical de Cabreiros, onde ingressou aos 14 anos de idade. A partir da década de 1970, dedicou-se especialmente à formação musical dos jovens instrumentistas da Banda. Em 1991 assumiu a presidência da direção da Banda de Cabreiros, cargo que desempenhou até 2011. Apesar das dificuldades enfrentadas nesse período, foi durante os seus mandatos que a instituição viu reforçada a sua missão com a criação de uma sede e a abertura da escola de música. António Fernandes, também conhecido como António Rei, é um exemplo de dedicação e entrega à Comunidade e à Cultura, que nos cumpre reconhecer e homenagear. Desta forma, o Município de Braga endereça à família, amigos e, em particular, à Banda Musical de Cabreiros, bem como a toda a freguesia de Cabreiros, o mais profundo e respeitoso lamento pelo desaparecimento de tão ilustre figura da nossa Cultura local. Deixamos a recomendação para integração, assim que possível, do seu nome na toponímia da União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, Braga 25 de janeiro de 2021. A Vereadora da Cultura, Lúcia Brás Dias". **"DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA - DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.** -----

**-----OUTROS ASSUNTOS-----**

Pelo **Sr. Vereador Artur Feio** (PS) foi apresentado um voto de congratulação pelo centenário do S.C.Braga. Ainda pelo Sr. Vereador, foram abordados os seguintes temas: -----

Falou sobre o projeto de intervenção na Avenida D. João II, para alargamento das ciclovias, uma vez que os comerciantes têm manifestado as dificuldades que antevêm perante a redução significativa dos lugares de estacionamento nas duas margens. Sugeriu que em execução da obra, a mesma seja repensada. O **Sr. Presidente** referiu que esse aspeto é uma consequência direta que tem sido desenvolvido em articulação com o Sr. Vereador João Rodrigues e com os próprios interessados. -----

Referiu a necessidade de criação de um Hospital de Campanha, isto é, segundo o Sr. Vereador Artur Feio, Braga como Capital de Distrito tem uma obrigação e uma responsabilidade acrescidas, pelo que julga necessário a implementação- ou pelo menos a sua preparação- precavendo um futuro que, desconhecemos. Defendeu que a Câmara devia pensar na instalação de um hospital de campanha no Altice Fórum Braga, para "doentes covid em estado menos crítico". Referiu que: "Na nossa perspetiva, seria absolutamente determinante precaver o que aí vem, que tememos que seja bastante negro", sublinhou, acrescentando que o hospital de campanha deveria servir também os concelhos vizinhos. ----



O **Sr. Presidente** recusou avançar para a montagem de um hospital de campanha a não ser que as autoridades de saúde o solicitem. "Não houve até hoje nenhuma indicação da tutela da saúde de que alguma vez venha a ser necessário. No dia em que nos sinalizem isso, naturalmente que estaremos disponíveis", esclareceu. -----

Disse ainda não querer contribuir para o "espetáculo um pouco deprimente" que se vai registando "um pouco por todo o país", com estruturas montadas que depois não funcionam, "ou porque não há pessoal ou porque não são necessárias", criticando que "é um desbaratar de recursos públicos", que nada justifica esse tipo de atitude por parte da Câmara. -----

O **Sr. Presidente** lembrou que no "hotel do Sameiro" está instalada uma unidade de retaguarda, para pessoas infetadas que não precisam de cuidados clínicos permanentes, referindo que essa existe, está perfeitamente operacional, tem uma enormíssima capacidade de acolhimento. -----

O **Sr. Presidente** afirmou mesmo que a ativação do hospital de campanha, no recinto do Altice Forum Braga, será a última hipótese a impulsionar, e apenas no caso de um aumento descontrolado de utentes com Covid-19, realçando que para já, o Hospital de Braga tem demonstrado capacidade de resposta face à situação pandémica, ficando assim, para última escolha «soluções mais artesanais como o caso do hospital de campanha».-----

Também o Sr. Vereador da Proteção Civil, **Altino Bessa**, explicou que há dezenas de camas disponíveis e vazias em unidades de retaguarda, acrescentando que um hospital de campanha "não faz sentido a não ser numa resposta a nível regional". -----

Pela **Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)**, foram referenciados os seguintes assuntos: -----  
Começou, por manifestar, intenção em se associar ao voto de congratulação pelo centenário do SCBraga.-  
Referiu-se ao Comunicado publicado pelo Município a 17/01/2021, sobre as permutas da rodovia, e arquivamento por parte do Ministério Público contra um conjunto de cidadãos, cujo processo remete a 2015. Refere a Sr.ª Vereadora que, apesar da CDU ter estado contra este negócio de permuta, conforme oportunamente votou nos órgãos municipais, não corresponde à verdade que a CDU tenha "anunciado a interposição de queixas ao MP, sob forma expressa ou capas de anonimato", conforme é referido no comunicado tornado público, pelo que gostaria que a situação fosse reposta. -----

O **Sr. Presidente** esclareceu que irá solicitar ao Gabinete de Comunicação a retificação necessária. Referiu-se também à comunicação do STAL ao Município de Braga sobre o suplemento de penosidade e insalubridade, previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2021: trata-se de um subsídio que vem valorizar determinados trabalhadores das Autarquias, nomeadamente os que lidam com resíduos, águas pluviais, cemitérios. Questiona a Sr.ª Vereadora se já está agendada alguma reunião com o STAL,





conforme solicitado, e se está a ser ponderada pelo Município a aplicação deste subsídio (que, na perspetiva da CDU seria de aplicar). A este propósito, o **Sr. Presidente** e a **Sra. Vereadora Olga Pereira** esclareceram que já estão a ser agendadas reuniões com estruturas representativas dos trabalhadores. ---  
Sobre o Mercado Municipal de Braga, abordou, em súmula, os seguintes aspetos: -----

-Problemas de infiltrações de chuvas que não terá ainda sido resolvido. O **Sr. Presidente** esclareceu que está a ser estudada uma forma de reconfigurar o projeto do mercado, isto porque apesar da cobertura, quando chove bastante, a água acaba por entrar em algumas zonas. -----

-Perguntou qual é a previsão para se terminarem os arranjos exteriores do Mercado Municipal que conduzem a problemas de acesso e mobilidade. O **Sr. Presidente** explicou que o atraso na conclusão se fica a dever às condições climáticas dos últimos tempos traduzidas "em frio muito agreste" e "elevada pluviosidade"; situação que está também a atrasar a intervenção na variante da Encosta/Ciclovia e na Variante de Real.-----

Referiu-se a falta de segurança, isto é, alguns comerciantes questionam esta temática, relativamente aos produtos que ficam expostos. O **Sr. Presidente** referiu que as condições de segurança dos equipamentos estão a ser asseguradas. -----

Falou ainda sobre a obrigação de permanência diária no Município, pois, esta semana, alguns trabalhadores foram notificados do teor de um documento que anuncia as contraordenações aplicáveis, caso não cumpram a obrigatoriedade de permanência e, se as coimas, de montantes elevados, se concretizarem, os comerciantes serão obrigados a abandonar o mercado. O **Sr. Presidente** esclareceu que essa ocorrência se verificou "em circunstâncias normais de funcionamento do mercado e não no atual período de confinamento", admitindo que poderá haver alguma condescendência durante este período de funcionamento", dado que o funcionamento do mercado está "fortemente condicionado" porém, o novo horário de funcionamento do Mercado Municipal é para cumprir, sujeitando-se os operadores que o desrespeitarem ao pagamento da coimas previstas no Regulamento Municipal.-----

**ENCERRAMENTO:** Às 12:55 horas e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----





